



GTI de Enfrentamento da violência contra a mulher de Mogi Mirim

A assinatura do termo de cooperação técnica entre Judiciário e o Município de Mogi Mirim

Saúdo todas as autoridades presentes, do Executivo, Legislativo, Judiciário, OAB, Ministério Público, Conselhos Municipais, Segurança Pública, rede de atendimento municipal e Instituições de Ensino e Sociedade Civil.

Hoje celebramos importante passo no Município de Mogi Mirim para o enfrentamento da violência doméstica.

Desde fevereiro de 2024, há exatos dois anos, o Judiciário encampou a empreitada de dialogar com todos os integrantes do sistema de justiça que têm o dever legal de combater a violência doméstica.

Reunimo-nos no salão do Júri de Mogi Mirim para dialogarmos. O que foi convite passou a ser um compromisso que vem se expandindo. E chegamos em março de 2026!

Criamos uma rede que retirou do papel e da letra da lei os fluxogramas de atendimento às mulheres e às meninas.

Ao Judiciário cabe apreciar as medidas protetivas nas 4 Varas Judiciais, em média 90 pedidos ao mês. Mas o Judiciário é uma parte de uma grande rede que se formou.

Em Mogi Mirim, a Polícia Civil recebe as vítimas e reduz a termo os seus pedidos. Uma vez deferida a medida protetiva, a Patrulha Maria da Penha a fiscaliza. Já o CRAM faz todos os encaminhamentos em plano individualizado para as mulheres. A OAB oferece orientações jurídicas. A Polícia Militar oferece o apoio para o cumprimento das medidas e atua na orientação dos autores da violência para que compreendam os limites do que ficou estabelecido na ordem judicial. O Ministério Público fiscaliza o cumprimento da lei.

Senhoras e Senhores, a Lei Maria da Penha prevê dois sistemas: 1. O criminal, em que há investigação, apuração dos fatos e aplicação da pena ao autor da violência. 2. O protetivo: verificada a situação de risco, há o trabalho de engajamento de toda a rede do sistema de justiça e da rede de atendimento para as necessidades das mulheres e meninas.



GTI de Enfrentamento da violência contra a mulher de Mogi Mirim

Nos dois sistemas, o GTI – Grupo de Trabalho Interinstitucional de Mogi Mirim tem se expandido nesses dois anos: o que se iniciou com o Judiciário , Ministério Público, OAB, Patrulha Maria da Penha , CRAM, Polícia Civil, Polícia militar, Secretarias de Assistência Social, Educação, Saúde, vem recebendo gestores imbuídos do mesmo propósito: caminhar para uma sociedade mais justa e pacífica: a atuação da Faculdade Santa Lúcia, FATEC , da ACIMM, do Legislativo (olhar para os grupos reflexivos) certamente incrementará o projeto GTI de Mogi Mirim.

Assim, senhores e senhoras, gestores e gestoras, hoje celebramos o passo decisivo para a consolidação do trabalho do GTI: a assinatura do termo de cooperação técnica entre Judiciário e o Município de Mogi Mirim.

O ato representa a formalização do que vem sendo prática: o olhar diferenciado, a atenção que mulheres e meninas buscam para terem autonomia, independência financeira e emocional, enfim, serem realizadas como seres humanos.

Representa o olhar com o pensamento para o outro. Mas não basta pensar; é preciso agir. E aqui segue, de forma resumida, a prestação de contas do quanto o GTI avança para que mulheres e meninas tenham garantidos seus direitos em 02 anos:

Criação de fluxogramas de atendimento de todos os serviços existentes no sistema de Justiça e no Município

Decisão de deferimento da protetiva que encaminha as vítimas para os serviços existentes do Município e no Estado de São Paulo

Apoio para o trabalho do CRAM, enaltecendo que se trata de um dos serviços vitais para que as mulheres busquem trabalho, apoio e superem o ciclo de violência

Trabalho preventivo do Grupo “Vozes Livres Mulheres Seguros”, do Concurso de Desenhos nas Escolas Municipais de Mogi Mirim

Capacitação promovida para cerca de 180 integrantes da rede de Mogi Mirim com o Curso Violência Doméstica e Atuação em Rede, promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo

Apoio para o trabalho da Polícia Civil, enaltecendo a necessidade de reforçar a equipe de atendimento (GTI reitera o pedido de duas estagiárias permanentes na DDM de Mogi Mirim)

Para o ano de 2026, o GTI elegeu como metas:



GTI de Enfrentamento da violência contra a mulher de Mogi Mirim

Engajar os alunos da FATEC de Mogi Mirim, convidando-os ao propósito de, com seus conhecimentos, servirem à sociedade com projeto de impacto social

Coletar dados não identificáveis para traçar políticas públicas: judiciárias, executivas e legislativas

Continuar e apoiar o Grupo Vozes Livres Mulheres Seguras da Faculdade Santa Lúcia para levar informação das espécies de violência de gênero, bem como a importância do atendimento psicológico e engajar os alunos e as alunas para programas de impacto social

Implementar os grupos reflexivos para homens como uma das condições judiciais quando do deferimento da medida protetiva

Fiscalizar o cumprimento protetivas, contando com o apoio da Guarda Municipal e da Patrulha Maria da Penha. Além da atuação do Ministério Público de zelar pelo encaminhamento do máximo de mulheres ao CRAM para o acompanhamento com foco no rompimento do ciclo de violência e busca de capacitação para independência financeira e emocional

Como integrante do Poder Judiciário de Mogi Mirim, todas as ações não seriam possíveis sem o trabalho incansável dos gestores e suas equipes, presentes ou não, a este ato solene.

Agradecimentos a toda a equipe dos 4 cartórios de Mogi Mirim e do Juizado Especial Cível e Criminal, ao gabinete da 4ª. Vara, em especial pela elaboração dos gráficos, das estatísticas e dos fluxos de atendimento. Sem este trabalho diuturno não seria possível avançarmos tanto!

À Acimm pelo apoio na organização dos trabalhos, das pautas, das reuniões, dos espaços cedidos, de todo o tempo dedicado ao GTI, com a criação do logo divulgação dos trabalhos.

Ao Sr. Prefeito pelo seu comprometimento com uma das pautas que têm repercussão em todos os segmentos da sociedade de Mogi Mirim, desde o impacto social até o econômico e produtivo.

À Sra. Vice-prefeita pelo seu olhar atento, acompanhando de perto as ações do GTI, participando das reuniões mensais e levando seu comprometimento, o que engrandece o trabalho!

Ao Dr Rafael, representando todo o MP Mogi Mirim, todos na missão de retirar da letra da lei as medidas protetivas e entregá-las às mulheres e às meninas! E a



GTI de Enfrentamento da violência contra a mulher de Mogi Mirim

construir uma nova forma de perceber o mundo, com mais possibilidades concretas para mulheres e meninas terem estudo, trabalho, dignidade e compreenderem que a vida pode ser vivida com autonomia!

Aos meus amigos e minhas amigas das Varas Judiciais de Mogi Mirim, Emerson, Fabiana, Alexandre, Fernanda e Nayara que confiaram no projeto e contribuem, todos os dias, com novas ideias, novos ajustes diante de tantos anos na magistratura, lidando com tema tão sensível quanto o enfrentamento da violência doméstica!

Para além da dura missão de cumprirmos a lei, hoje escrevemos história para entregamos juntos a melhor justiça que está ao nosso alcance!

Muito obrigada!

Dra. [Adriana Barrea](#)

Juíza titular da 4ª Vara do Fórum de Mogi Mirim (SP) atua no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), com competência cível e criminal, além de ser reconhecida por projetos de combate à violência doméstica